



## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA<sup>1</sup>

Jonathas Carvalho de Sousa

### RESUMO

*Formação Profissional em Educação Física. Este trabalho teve como objetivo central caracterizar os currículos dos cursos de nível superior em Educação Física em funcionamento na cidade de São Luís-MA. Para isso, fez uso da pesquisa bibliográfica e documental a fim de estabelecer nexos com a discussão da formação profissional em Educação Física no âmbito nacional. O trabalho consubstanciou-se a partir do estudo dos Projetos Político Pedagógicos das Instituições de Ensino Superior em Educação Física da cidade de São Luís-MA, elencando categorias a serem analisadas. O estudo constatou que todos os cursos em funcionamento são caracterizados como licenciatura, entretanto apresentam diferenças quanto à concepção de Educação Física, carga horária do curso e organização curricular.*

*PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional; Educação Física; Projeto Político Pedagógico; Licenciatura.*

### INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado da monografia “Formação profissional em Educação Física na cidade de São Luís-MA: um estudo dos projetos pedagógicos” apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

No Brasil, segundo os estudos de Freitas (1999), Tanuri (2000) e Massias (2007), o processo de formação dos profissionais da educação no país, sempre foi bastante conturbado. Desde o início sempre houve discussões sobre campo de atuação e os responsáveis pela qualificação dos profissionais. Deste modo, dois espaços foram os principais formadores de profissionais da educação: as escolas normais (que formavam para atuação no ensino primário) e os cursos superiores (que formavam para atuação nas escolas normais).

De acordo com Saviani (2005), a década de 1970 trouxe um processo de descaracterização das escolas normais, a redefinição do ensino primário para oito anos e o ensino médio para um tempo entre três e quatro anos de estudos com direcionamento para o ensino técnico profissionalizante, ocorrendo, portanto a diversificação do ensino no país.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

O cenário da educação no Brasil só vai apresentar grandes mudanças novamente na década de 1990, mais especificamente no ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

A promulgação da LDB/96 demarcou um novo momento na história da formação de professores. Neste contexto, a educação brasileira substituiu os currículos mínimos para o ensino superior, oriundos da década de 1970, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, que passam a demarcar a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

É a partir deste marco legal que se configura a necessidade do PPP como instrumento balizador das atividades de escolas e universidades. Deste modo, compreende-se:

O projeto político pedagógico (PPP) é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares. Previsto pela nova LDB/96 como proposta pedagógica (art. 12 e 13) ou como projeto pedagógico (art. 14, inciso I), o PPP pode significar uma forma de toda a equipe escolar tornar-se co-responsável pelo sucesso do aluno e por sua inserção na cidadania crítica. (LIBÂNEO, OLIVEIRA & TOSCHI, 2007, p. 178).

Adentrando o campo específico da Educação Física, o processo formativo de professores ocorre inicialmente pelas vias da instrução militar através das forças armadas (SOUZA NETO *et al*, 2004)

Os cursos civis de Educação Física surgem na década de 1930 e é a partir deste momento que a formação em Educação Física começa a sofrer influências dos primeiros ordenamentos legais. A constituição de 1937 passa a demarcar a Educação Física como obrigatória nas escolas, o Decreto Lei nº 1.212 de 1939 cria a Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, que mais tarde seria reconhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e pontua os primeiros direcionamentos para a formação profissional da área. (ibid).

Para a Educação Física brasileira o objetivo das propostas de formação, até meados da década de 1980, era atender, mesmo que minimamente (pois o país ainda não formava em quantidade suficiente) as escolas da educação básica. Mas, no ano de 1987, com a resolução nº 3 do Conselho Federal de Educação, tem início uma das maiores discussões da área. É neste momento que, respaldado pela legislação brasileira, passa a ser possível a fragmentação do conhecimento em Educação Física em duas possibilidades de formação: a licenciatura e o bacharelado. Mesmo com a possibilidade da divisão curricular, a fragmentação só ocorre de fato após as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física, datada de 2004, tendo

em vista que, de 1987 até meados da década de 1990, poucos cursos haviam praticado a fragmentação na formação.

[...] Mesmo com os reconhecidos avanços propugnados pela Resolução nº 3, especialmente no que diz respeito a referenciais curriculares mais flexíveis, a indefinição quanto ao tipo de formação permaneceu, pois a referida Resolução, apesar de conferir os títulos de bacharel e/ou licenciado, na prática, não logrou o êxito desejado. É fato que, após as reformulações curriculares prescritas, a maioria dos cursos de Educação Física existentes no país continuou optando por uma formação do tipo licenciatura plena. (ANDRADE FILHO e FIGUEREIDO, 2004, p. 136).

Como dito anteriormente, a flexibilização dos currículos a partir da LDB/96 demarca a necessidade da construção de diretrizes para os cursos de nível superior no Brasil, entre eles, a Educação Física.

Desta forma, segundo Molina (2008a) a função das diretrizes curriculares apresenta-se da seguinte forma: “orientam a formulação dos currículos, servem de referencial para determinar os critérios de seleção dos conteúdos e a configuração do que denominamos de conhecimento” (p. 137). Desta maneira, a Educação Física também passa a obedecer ao ordenamento legal para a construção de suas diretrizes.

Após longo período de debates e discussões, em 2004 por meio da resolução CNE nº 07/2004 ficam estabelecidas as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física no país. O longo tempo de embates teórico e epistemológicos que culminou na instauração das atuais Diretrizes, não significa dizer que a aprovação foi consensual. As atuais Diretrizes geram ainda muitos pontos de divergência no campo da formação profissional em Educação Física. É a partir das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Física no país do ano de 2007, que se darão as discussões sobre os PPP das Instituições de Ensino Superior de São Luís–MA.

## FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO MARANHÃO

Criado em 1977, o curso de Educação Física da UFMA foi protagonista no processo formativo de professores para a área.

Lindoso (2008) vem demarcar que o surgimento do curso superior em Educação Física é decorrente do Decreto-Lei nº 705 de 1969, que obrigava a prática da Educação Física em todos os níveis da educação brasileira, inclusive no ensino superior. O desenrolar do decreto foi a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DEFID), que mais tarde iria se configurar no Departamento de Educação Física (DEF).

Passadas quase três décadas da criação do curso de Educação Física da UFMA,

somente no ano de 2005, vai surgir o primeiro curso superior em Educação Física na iniciativa privada.

Como primeiro curso privado, o Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA) tem início de suas atividades em fevereiro de 2005 (e-MEC, 2011), e caracteriza o início do investimento privado na formação de professores/as de Educação Física no Estado.

Para além da criação do UNICEUMA, os anos que se seguiram foram de expansão dos cursos de Educação Física no Maranhão devido aos investimentos da iniciativa privada. Some-se a isto, a criação de outros seis cursos de Educação Física no Estado: Faculdade Pitágoras de São Luiz; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FACSÃO LUÍS); Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM); Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB); Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/UNISULMA) e Faculdade de Educação São Francisco (FAESF).

Neste ponto, acredita-se que a formação inicial em Educação Física no Maranhão é decorrente do pioneirismo da UFMA. Recentemente, e utilizando do marco temporal da criação do curso de Educação Física do UNICEUMA, nota-se que a formação dos professores/as de Educação Física tem sido disputada no cenário de São Luís-MA entre a universidade pública federal e a iniciativa privada.

O tópico que o trabalho vai apresentar em sequência, vai abordar o cenário estabelecido a partir dos PPP das Instituições de Ensino Superior da capital do Maranhão, relacionando-os com os determinantes legais tais como as Resoluções do CNE nº 01 e 02 de 2002 e Resolução CNE nº 07 de 2004.

## UNIVERSO DA PESQUISA

Dos oito cursos estabelecidos no Estado do Maranhão, cinco deles funcionam em São Luís-MA: Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), Centro Universitário do Maranhão (CEUMA), Faculdade Pitágoras de São Luiz, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FACSÃO LUÍS) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Devido à concentração dos cursos e à relativa facilidade de acesso aos documentos, o trabalho deteve-se na análise dos PPP das Instituições de Ensino Superior em Educação Física da capital. O trabalho concentrou-se no estudo dos Cursos de Licenciatura em Educação Física em funcionamento na cidade de São Luís-MA durante ano de 2011. Diante disso, aparta-se desta análise a Faculdade Pitágoras de São Luiz, que possui o curso de Bacharelado, pois mesmo com o reconhecimento datado do ano de 2007 (e-MEC, 2011), esta Instituição de Ensino Superior não registrou ingresso de nenhum aluno até a realização do presente estudo (2011).

Neste sentido, a amostragem da pesquisa é composta pelas quatro Instituições de Ensino Superior em Educação Física (Licenciatura) de São Luís-MA. As IES serão codificadas de modo que seja mantido o anonimato institucional. Os projetos em estudos serão identificados pelas letras: A, B, C e D.

## OS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICO EM FOCO

Os PPP servem para orientar o funcionamento das instituições de ensino. No âmbito do ensino superior os PPP balizam como um curso vai ser operacionalizado. De acordo com Libâneo, Oliveira & Toschi (2007) este instrumento de organização escolar é decorrente da construção da LDB/96, que possibilitou que as instituições criassem seus próprios mecanismos de regulação e funcionamento.

Neste sentido, a LDB/96 abre um novo contexto para a organização do ensino no país. Operam-se condições para que as escolas possam assumir a tomada de decisões na organização da escola. Como ordenamento que rege todos os níveis de escolaridade no país, a LDB/96 também estimula a criação dos PPP dos cursos Superiores. A construção dos PPP é momento onde se explicitam os posicionamentos políticos dos atores envolvidos na elaboração do documento.

Desta forma, Molina (2008b) contribui com a discussão ao apresentar a compreensão de PPP:

[...] O projeto político-pedagógico pode ser entendido como a sistematização de um processo de planejamento participativo e como um instrumento teórico-metodológico que define o tipo de ação educativa que se quer realizar. Tem o valor de possibilitar a articulação da prática educativa na perspectiva da construção coletiva do conhecimento. Contempla todas as dimensões da escola: a pedagógica, a administrativa, a comunitária, a política, a cultural, a social, a econômica, etc. (MOLINA, 2008b, p. 344).

Logo, o PPP deve ser o marco regimental das instituições escolares e que apresenta as determinações para o funcionamento ótimo deste espaço. Nele deve conter todos os aspectos que compõem a construção e manutenção da instituição, tais como: disciplinas a serem ofertadas, espaços físicos, concepção pedagógica, entre outros.

Considerando que para a Educação Física o marco referencial que vai apontar outro caminho na organização dos PPP são as novas Diretrizes Curriculares para a área (Resolução CNE/CES nº 07 de 31 de março de 2004), aborda-se neste tópico como esses documentos das IES de São Luís-MA têm se organizado.

Entre as categorias presentes nos PPP fez-se a escolha por aqueles que se acreditam serem mais interessantes para o formato que aqui se apresenta. Desta forma, o estudo fará a



análise das seguintes categorias: concepção de objeto da Educação Física, carga horária e organização curricular.

### CONCEPÇÃO DE OBJETO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A discussão sobre o objeto da Educação Física não é acontecimento recente, mas ainda provoca grandes discussões. Isso ocorre devido às defesas sobre a cientificidade da Educação Física, que ocorrem já há algum tempo. Para o âmbito da epistemologia, a Educação Física não é ciência, pois não possui um estatuto epistemológico próprio, ou seja, não possui objeto, método e nem linguagem. Entretanto a Educação Física caracteriza-se, segundo Soares *et. al* (1992, p. 50), como uma prática pedagógica. Para tanto, Bracht (1996) explicita que a Educação Física passa a ser demarcada por três principais expressões de objeto:

- a) atividade física, em alguns casos, atividades físico-esportivas e recreativas;
- b) movimento humano ou movimento corporal humano, motricidade humana ou ainda, movimento humano consciente;
- c) cultura corporal de movimento. (p. 23)

Assim prosseguindo, cada uma das expressões citadas pode representar uma perspectiva de Educação Física, logo, “É importante termos claro que a definição do objeto da EF está relacionado com a função ou com o papel social a ela atribuído e que define, em largos traços, o tipo de conhecimento buscado para sua fundamentação” (BRACHT, 1996, p. 23).

Cabe, portanto, identificar nos PPP dos cursos em análise, qual a concepção de objeto da Educação Física tem se feito presente.

Na análise do PPP “A” é possível notar que a concepção de Educação Física perpassa por uma discussão epistemológica originária do termo que atualmente define a área: Educação Física. Neste texto, as várias expressões que caracterizam a prática do movimento humano nas suas mais variadas expressões significam diferentes abordagens que a Educação Física pode assumir. Assim, expressões como exercício físico, atividade física, movimento humano e atividade físico-esportiva podem não significar a mesma coisa, pois se articulam de formas diversas com as áreas das ciências humanas, sociais e exatas.

Para além da discussão epistemológica, o Projeto “A” utiliza-se da história para caminhar na construção que o campo acadêmico da área tem realizado para apresentar a concepção de Educação Física. A discussão perpassa desde a instauração da LDB/96, que abre a possibilidade das reformulações curriculares dos cursos superiores, culminando no processo de construção das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física

(Resolução CNE nº 07 de 2004).

Traçado o percurso, nota-se que a visão de Educação Física adotada no Projeto “A” concebe uma Educação Física que concatene suas intervenções para além da área da Saúde e ainda que “a especificidade da Educação Física no campo acadêmico é de que ela se caracteriza, fundamentalmente, como prática pedagógica.” (Projeto A). Entretanto, é possível notar que este é demarcado por um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas no decorrer da graduação. Neste documento, observa-se que a expressão a qual foi eleita para embasar a construção do PPP e que deverá balizar a formação de seus estudantes, é o termo “cultura corporal”. Ao adotar “cultura corporal” como balizador da formação, especula-se que este projeto pretende formar cidadãos que possam perceber que as diversas expressões da vida em sociedade acontecem de acordo com uma cultura pré-estabelecida e historicamente desenvolvida.

Na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, tem características bem diferenciadas [...]. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. ( SOARES *et. al*, 1992, p. 38)

Em paralelo, na análise do Projeto “B” nota-se que na seção específica do documento que trata sobre a concepção, este vem abordar sobre as questões de funcionamento do curso como: aspectos metodológicos, objetivos e perfil do egresso, ou seja, não traz explícito no texto qual a concepção adotada. Entretanto, encontra-se diluído no documento a concepção de Educação Física.

A concepção de Educação Física percebida no Projeto “B” vai ser desenvolvida a partir da perspectiva da “motricidade humana”, que, por conseguinte articula-se com uma visão de sociedade que passa constantemente por transformações e que necessita de homens que sejam capazes de adaptarem-se ao que esta sociedade ‘pede’, para não dizer exige. Tal assertiva é notada na passagem a seguir:

O processo contínuo de mudanças no mundo exige um ser humano que esteja constantemente aperfeiçoando-se como indivíduo e como ser social, para poder se inter-relacionar com este mundo transitório, em todos os aspectos de caráter sócio-político-econômico-cultural, buscando dessa forma melhorar sua qualidade de vida, fator essencial à sua humanização.

[...]A necessidade da criação e implantação deste curso reside na coerência de formar licenciados na modalidade de Educação Física, que deverá

desenvolver novas competências e habilidades, tão necessárias para o desenvolvimento local e regional, sob o ponto de vista econômico, político e social. Concebido dessa forma, o curso de Educação Física teve como objetivo capacitar o profissional para o ensino da educação infantil, fundamental e médio contribuindo dessa forma com o suprimento das deficiências diagnosticadas na área. (Projeto “B”).

O Projeto “C” também apresenta a concepção e fundamentos da Educação Física de forma difusa no texto do documento. Não apresenta na estrutura do projeto uma seção específica para abordar a temática, mas pode-se dizer que a concepção de Educação Física da instituição é alicerçada em habilidades e competências tendo em vista que dispõe de espaços destinados para a explicitação e explanação sobre como o curso vai expressar o desenvolvimento destas. Destaca-se o texto do projeto:

Como meio concreto de descobertas, possibilidades de ações, assim como de autogerenciamento do ensino das práticas da cultura do movimento, apresenta-se as competências e habilidades diante um conjunto de valores e atitudes. (Projeto “C”).

Com a apresentação de competências e habilidades de forma incisiva, o Projeto “C” articula a Educação Física a partir da perspectiva da “cultura do movimento”. No projeto, a expressão pode ser vista por diversas vezes e traz a tona que seria a responsável por intermediar a assimilação e apropriação da habilidade “saber fazer”.

É possível notar também, desta vez no Projeto “D”, que a Educação Física assume uma concepção pautada em habilidades e competências. O projeto traz em seu bojo o conjunto destas habilidades que devem ser desenvolvidas no decorrer da formação. Entre elas destacam-se:

Dominar um conjunto de competências de natureza técnico-instrumental, humana e político-social, nas dimensões que privilegiam o saber, o saber aprender, o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, para atuar nos campos identificados com as diferentes manifestações e expressões da Cultura Corporal;. (Projeto “D”)

É assim que, mesmo na seção que trata a respeito das habilidades e competências, é possível ver que a Educação Física nesta IES é balizada pela concepção da “Cultura Corporal” ao citá-la por diversas vezes no constructo do mesmo.

Desta forma, na construção dos PPP é evidente que existe uma necessidade da explicitação das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas ao longo da trajetória do curso. Tal necessidade advém dos ordenamentos legais, que expressam em suas linhas quais habilidades e quais competências os projetos devem conter. Tal situação pode ser notada no artigo 6º da Resolução CNE nº 07 de 2004, estabelece um rol de habilidades e



competências a serem desenvolvidas e devem “constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.” (Resolução CNE nº 07 de 2004).

Segundo Saviani (2008) a pedagogia das competências surge para tornar os trabalhadores flexíveis quanto aos seus comportamentos, isto é, que sejam capazes de modificar quase que instantaneamente suas atitudes a fim de estarem aptos às demandas da sociedade de mercado. Deste modo, a concepção de Educação Física das Instituições de Ensino Superior da cidade de São Luís-MA deixa a entender que, a atual sociedade só pode ser organizada de acordo com critérios de adaptabilidade dos indivíduos que a compõem. Por este viés de compreensão da sociedade, salta-se aos olhos que a função das faculdades e universidades é “encaixar” as novas “engrenagens” que darão continuidade ao funcionamento da organização vigente na sociedade através de um processo formativo que atende às demandas capitalistas.

### CARGA HORÁRIA DO CURSO

A carga horária dos cursos de Licenciatura é determinada pela Resolução CNE/CP nº 02/2002, que institui a carga horária mínima dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior em 2800 horas, que devem ser distribuídas em 400h de Prática como Componente Curricular; 400h de Estágio Curricular; 1800h de aulas para conteúdos curriculares e 200h para outras atividades acadêmico-científico-culturais.

Desse modo, os cursos de Educação Física de São Luís-MA organizam-se de modo a seguir o ordenamento, mas apresentam diferenças entre si quanto à duração dos cursos.

O Projeto “A” designa que o curso tem uma carga horária total de 3.675 horas, organizada da seguinte forma: Formação Ampliada (Relação Ser humano e Sociedade – 420h; Produção do Conhecimento Científico e Tecnológico – 210h; Biológica do Corpo Humano – 240h.), Formação Específica (Didático-pedagógicos – 735h; Técnico-instrumental – 390h; Culturais do Movimento Humano – 1260h; Disciplinas Eletivas (3) – 180h.), Núcleos de Aprofundamento (Saúde – 240h; Esporte – 240h; Lazer – 240h.).

O projeto “B” utiliza-se dos regimentos legais para justificar a carga horária total do curso, cumprindo o mínimo recomendado de 2.800 horas e distribui-se como mostrado a seguir: Disciplinas – 1.800h; Prática Pedagógica – 400h; Estágio Curricular – 400h; Atividades Complementares – 200h.

Um pouco diferente disso, o Projeto “C” mostra uma carga horária de 2.904 horas, distribuídas da seguinte maneira: Disciplinas – 2.214h; Estágios – 400h e Atividades

Complementares – 200h.

O Projeto “D” apresenta uma carga horária de 2.873 horas, assim distribuídas: Disciplinas – 2.268h; Estágios – 405h e Atividades Complementares – 200h.

Causa algum estranhamento, o fato de não estar explícito nos PPP “C” e “D” as cargas horárias referentes às práticas pedagógicas. Enquanto no Projeto “A” as práticas pedagógicas são acrescidas nas disciplinas do curso e no Projeto “B” elas são visualmente determinadas no projeto.

Outro importante fator para destaque é o caso de que em três cursos não possuem carga horária estabelecida para a operacionalização de núcleos de aprofundamento, que demandaria uma carga horária total maior para o funcionamento dos núcleos. A não existência dos núcleos de aprofundamento caracteriza um processo formativo aligeirado nestas Instituições de Ensino Superior em Educação Física de São Luís-MA.

## ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Nos escritos de Libâneo, Oliveira e Toschi (2007) pode-se obter várias noções de currículo: “conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendidos, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes” (p. 362) entre outras. O currículo também pode se manifestar de três formas diferentes: o currículo formal (descrito e orientado pelos ordenamentos legais); o currículo real (o que é construído diuturnamente na escola pela comunidade escolar); e o currículo oculto (que é o conjunto de influências sofrido pelos professores, alunos e pais e não está prescrito em documentos e/ou diretrizes)

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena (2004) a organização curricular dos cursos deve obedecer a uma articulação entre unidades de conhecimento específico e ampliado. Na redação das Diretrizes Curriculares para a Educação Física tem-se que:

Art. 7º - Caberá à Instituição de Ensino Superior, na organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

O documento descreve ainda quais as dimensões que cada unidade de ensino deve compreender.

Para a unidade de Formação Ampliada, indica as dimensões: a) Relação ser humano-sociedade; b) Biológica do corpo humano; e c) Produção do conhecimento científico e tecnológico, enquanto que para a unidade de Formação Específica, designa as dimensões: a)

Culturais do movimento humano; b) Técnico-instrumental; e c) Didático-pedagógico.

Deste modo, os cursos de graduação em Educação Física devem seguir esta referência para organizar sua grade/matriz curricular. É a partir desta determinação legal que o presente estudo, analisará o currículo formal, ou seja, o currículo que aparece descrito nos PPP das instituições envolvidas na análise.

Assim, a organização curricular das IES em Educação Física de São Luís-MA mostram-se divididas como se segue:

O projeto “A” apresenta-se dividido em três dimensões de conhecimento: Formação Ampliada; Formação Específica e Aprofundamento.

Na seção que trata da Formação Ampliada, este currículo apresenta disciplinas de concepções variadas e que vão desde a dimensão da Relação Ser Humano e Sociedade até a dimensão Biológica do Corpo Humano. Na seção dos Conhecimentos Específicos são trabalhadas disciplinas de cunho técnico instrumental identificadores da área, ou seja, disciplinas que vão abranger desde a Didática até ao aprofundamento em diversos esportes, estabelecendo assim as relações da prática docente e o ensino dos esportes. Por último, a seção dos Aprofundamentos é o conjunto de disciplinas que darão suporte teórico-prático para um conhecimento aprofundado e elaborado. Está dividido em três núcleos: Saúde; Esporte e Lazer.

O projeto “B”, em sua estrutura, não distribui as disciplinas a partir das diferentes dimensões do processo de formação, isto é, não descreve a qual unidade do conhecimento determinadas disciplinas fazem parte, como o faz o projeto anterior. O Projeto “B” elenca as disciplinas e o período em que devem ser ofertadas e não apresenta Aprofundamentos.

O projeto “C” descreve sua organização curricular de modo a apresentar quatro dimensões que compõem o currículo, são elas: Dimensão Biológica, Dimensão Sociais e Culturais, Dimensão Didático-Pedagógicas e Dimensão Pesquisa e Técnico-instrumental do movimento humano, que são distribuídas ao longo do curso. Este projeto também não apresenta Aprofundamentos.

O projeto “D”, assim como o segundo projeto aqui apresentado, não descreve, em sua estrutura, quais as dimensões do conhecimento que compõem a organização curricular do curso. Elenca as disciplinas e o semestre em que devem ser oferecidas e também não apresenta Aprofundamentos.

Ao destacar que os PPP não descrevem a quais unidades de conhecimento suas disciplinas fazem parte, não se quer dizer que estes não estejam cumprindo com as

determinações legais, mas os seus documentos acabam por não expressar esta necessidade.

## CONCLUSÃO

Tendo até aqui traçado um caminho sucinto quanto ao processo de formação de professores e como este processo ocorreu no Maranhão na área da Educação Física, pode-se notar que inicialmente, o Estado, através da universidade pública, foi o grande responsável pela capacitação de professores/as de Educação Física no Maranhão. Somente em meados dos anos 2000 a iniciativa privada adentra no campo da formação em Educação Física.

Diante deste processo e após relativo tempo decorrido da LDB/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (2004) e as resoluções do CNE nº 01 e 02 de 2002, foi possível estabelecer a análise que se apresenta das instituições de ensino superior de São Luís-MA.

Logo, uma das primeiras constatações foi o fato de que até o ano de 2011 só haverem em funcionamento cursos de licenciatura em Educação Física no Maranhão, mesmo com todas as possibilidades da criação dos bacharelados.

Assim, quanto à concepção de objeto da Educação Física, os projetos apresentam concepções distintas, pois trazem em seus textos a discriminação de objetos diferentes como: Cultura Corporal, Motricidade Humana e Cultura do Movimento. Mesmo com a explicitação de diferentes objetos de estudo, todos os projetos mostraram nos documentos que os cursos estão intimamente ligados à pedagogia das competências devido às determinações legais, que assim orienta.

Para que funcionem, os cursos de graduação devem cumprir os requisitos quanto à carga horária, assim todos os cursos de Educação Física em funcionamento, de uma forma ou de outra, cumprem pelo menos a carga horária mínima. A carga horária dos cursos na cidade varia, portanto de 2.800h até 3.675h, incluindo neste cômputo: Práticas Pedagógicas, disciplinas do curso, estágios e núcleos de aprofundamento. Cabe destacar que o Projeto “A” amplia consideravelmente as possibilidades da formação inicial ao diferenciar-se em quase mil horas, enquanto os outros parecem desenvolver um processo formativo aligeirado quando cumprem apenas a carga horária mínima.

No que concerne à organização curricular, dois projetos apresentam como as disciplinas são distribuídas ao longo do curso e qual dimensão do conhecimento elas fazem parte (Projeto “A” e “C”). Os outros dois não explicitam qual dimensão do conhecimento as disciplinas estão inseridas, mas não se pode dizer que não estejam cumprindo com os ordenamentos, mas acabam por limitar a compreensão por meio da ausência desta

classificação nos projetos.

Deste modo, realizou-se a análise dos PPP dos cursos de licenciatura em Educação Física de São Luís-MA, reconhecendo-se que a discussão sobre projetos pedagógicos, formação em Educação Física não se encerra por aqui. Pelo contrário, espera-se que este estudo possa contribuir na discussão que envolve a formação profissional e o mundo do trabalho na área da Educação Física.

## POLITICAL PROJECT TEACHING IN PHYSICAL EDUCATION IN THE CITY OF SÃO LUÍS-MA

### ABSTRACT

*Vocational training in Physical Education. This study aimed to characterize the core curriculum of college-level courses in physical education in operation in the city of São Luís-MA. To do so, made use of bibliographic and documentary research to establish links with the discussion of vocational training in Physical Education at the national level. The work first of all concerned from the study of Educational Policy Project of Higher Education in Physical Education from São Luís-MA, listing categories to be analyzed. The study found that all courses are characterized as operating in degree, but differ on the design of Physical Education, course load and curricular organization.*

**KEYWORDS:** Vocational Training; Physical Education; Educational Policy Project; Graduation

## ENSEÑANZA DEL PROYECTO POLÍTICO EN LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA CIUDAD DE SÃO LUÍS-MA

### RESUMEN

*Capacitación en Educación Física. Este estudio tuvo como objetivo caracterizar las enseñanzas mínimas de la Educación Superior en Educación Física en funcionamiento en la ciudad de São Luís-MA. Para ello, se hizo uso de la investigación bibliográfica y documental para establecer vínculos con la discusión de la formación profesional en Educación Física a nivel nacional. El trabajo en sí encarna a partir del estudio de las instituciones políticas Pedagógicas de la Educación Superior en Educación Física de la ciudad de São Luís-MA enumerando las categorías a analizar. El estudio encontró que todos los cursos en funcionamiento se caracterizan por la licencia, sin embargo difieren en el diseño de la educación física, la carga académica y organización curricular.*

**PALABRAS CLAVE:** Capacitación; Educación Física; Proyecto Político Pedagógico; Licencia.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE FILHO, Nelson Figueiredo de; FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação Profissional em Educação Física Brasileira: súmula da discussão dos anos 2001 a 2004. In: CAPARROZ, Francisco Eduardo; ANDRADE FILHO, Nelson Figueiredo de (Org.). Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção. 1 ed. Uberlândia: NEPECC/UFU, 2004, v. 2, p. 128-154.
- BRACHT, Valter. Educação Física no 1º Grau: conhecimento e especificidade. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, suplemento 2, p. 23-28, 1996.
- BRASIL. Decreto-lei nº 705/69, de 25 de julho de 1969. Torna obrigatória a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 Jul. 1969.
- BRASIL. Decreto-lei nº 1.212/39 de 20 de abril de 1939. Cria na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1212-17-abril-1939-349332-retificacao-72183-pe.html> >. Acesso em: 14 de abril de 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal MEC. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 13 de abril de 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução n. 3 de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Brasília, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução n. 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Ensino Superior. Resolução n. 7, de 31 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, 2004.
- E-MEC. Consulta interativa: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/> >. Acesso em: 12 de abril de 2011.
- FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. In: Educação e Sociedade, São Paulo, n. 68, p. 17-44, dez.1999. Quadrimestral.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação)
- LINDOSO, Kedna Patrícia de Melo. Memórias do curso de educação física da UFMA: 1977 a 1988. Monografia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.
- MASSIAS, Simone Carvalho. As propostas da Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) para a definição do curso de Pedagogia no Brasil (1990 - 2006). 2007. 99 f. Tese (Mestrado) - Departamento de Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.
- MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. Diretrizes curriculares. In: FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime (Org.). Dicionário Crítico de Educação Física. 2 ed.



rev. Ijuí: Unijuí, 2008a. 424 p. (Coleção Educação Física).

MOLINA, Rosane Maria Krebsburg. Projeto Político Pedagógico. In: FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime (Org.). Dicionário Crítico de Educação Física. 2 ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2008b. 424 p. (Coleção Educação Física).

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA NETO *et al.* A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.61-88, mai./ago. 2000 (Número Especial – 500 anos de educação escolar).